

Artigo original

Estratégias de incidência em tempos de crise política: As ações das organizações de mulheres negras no Brasil (2014-2019)

Advocacy strategies in times of political crisis: The actions of black women's organizations in Brazil (2014-2019)

Elissa Emily Andrada Marques^{1*} , Maria Alejandra Nicolás² 

¹Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

²Universidade Federal da Integração Latino Americana, Foz do Iguaçu, PR, Brasil

COMO CITAR: Marques, Elissa Emily Andrada, & Nicolás, Maria Alejandra. (2023). Estratégias de incidência em tempos de crise política: As ações das organizações de mulheres negras no Brasil (2014-2019). *Revista Brasileira de Avaliação*, 12(3), e123323. <https://doi.org/10.4322/rbaval202312033>

Elissa Emily Andrada Marques, negra, doutoranda do programa de Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília.

Maria Alejandra Nicolás, branca, Professora da área de Administração Pública e Políticas Públicas e do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino Americana.

Resumo

O objetivo do presente artigo é analisar os desafios para a incidência política de Organizações da Sociedade Civil (OSC) de mulheres negras durante o período de 2014 a 2019 no Brasil. Este é um estudo qualitativo, com a coleta de dados realizada por pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas conduzidas com doze entrevistadas de organizações de mulheres negras. Os dados foram analisados a partir de uma análise de conteúdo. Apesar de os conselhos serem vistos como os principais instrumentos para incidir nas políticas públicas, a partir de 2016, os mesmos passaram a não ser mais considerados como mecanismos efetivos para a participação e defesa dos ideais democráticos. As organizações que se mantiveram nesses espaços relatam não serem ouvidas, não possuem apoio para as suas pautas, sofrerem perseguições, além de observarem mudanças nas regras das eleições dos conselhos. As OSC de mulheres negras que participaram da luta pela construção dessas instituições realizaram ações na tentativa de mantê-las, mas, de maneira geral, não conseguiram evitar este retrocesso.

Palavras-chave: Incidência política. Organizações da sociedade civil. Mulheres negras. Políticas públicas.

Abstract

The purpose of the present article is to investigate the challenges faced by black women's Civil Society Organizations (OSC, Portuguese acronym for *Organizações da Sociedade Civil*) to uphold their political advocacy during the years of 2014 to 2019 in Brazil. This is a qualitative study, with the data collection performed by documental research as well as semi-structured interviews conducted with twelve participants from black women's Organizations, and the data were analyzed according to the content analysis. Despite the fact that councils are generally considered to be the main instruments to influence public policies, as of 2016 they were no longer considered to be an effective apparatus for the participation and defense of democratic ideals. The Organizations that remained in these spaces reported not being heard, not receiving support in their political agendas, being persecuted and witnessing alterations in council elections' rules. Black women's OSCs, which participated in the endeavor to build these same institutions, carried out several actions in an attempt to maintain them, nevertheless, they were overall unable to curb this major setback.

Keywords: Political advocacy. Civil society organizations. Black women. Public policies.

A RBAVAL apoia os esforços relativos à visibilidade dos autores negros na produção científica. Assim, nossas publicações solicitam a autodeclaração de cor/etnia dos autores dos textos para tornar visível tal informação nos artigos.

Recebido: Abril 19, 2023

Aceito: Agosto 31, 2023

***Autor correspondente:**

Elissa Emily Andrada Marques

E-mail: elissandrada@gmail.com



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



Introdução

A condição da mulher negra no Brasil está imbricada em uma situação de tríplex discriminação envolvendo raça, classe e gênero (Gonzalez, 1982). Essas variáveis combinadas forjam o lugar da mulher negra na sociedade brasileira e determinam em alto grau as condições de vida dessas mulheres, bem como o seu nível de escolaridade, índices de violências sofridas, empregos que conseguem ocupar, entre outros elementos que afetam suas condições socioeconômicas. Dessa forma, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) de mulheres negras se articulam em prol das suas demandas específicas, criando uma transversalidade de direitos.

Os anos 90 marcaram a transição da participação popular dos anos 80 para a denominada “participação cidadã”. Esta participação cidadã está focalizada, de acordo com Gohn (2011, p. 59), “na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e em uma nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado”.

No início dos anos 2000, principalmente a partir do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, as instituições de participação foram fortalecidas, diversos conselhos nacionais foram criados e houve um aumento significativo da quantidade de conferências nacionais realizadas (Abers et al., 2014). De forma que este período foi marcado por uma maior aproximação entre as Organizações da Sociedade Civil e o Estado, em uma conjuntura onde ativistas, membros das OSC e antigos líderes sindicais se fizeram presentes na burocracia federal. E assim,

[...] frequentemente transformaram agências governamentais em espaços de militância nos quais continuaram a defender bandeiras desenvolvidas previamente no âmbito da sociedade civil. No governo, tais ativistas buscaram construir e fortalecer espaços participativos formalizados, que até então se restringiam a âmbitos municipais (Abers et al., 2014, p. 326).

Durante o governo da presidenta Dilma Rousseff (2010-2016), apesar das eventuais divergências e desacordos com as OSC, sendo um período que pode ser percebido como uma continuidade do governo Lula, houve uma preocupação com o diálogo e participação. Destaca-se o Decreto presidencial nº 8.243/2014, que instituía a Política Nacional de Participação Social (PNPS) com o objetivo de articular mecanismos de participação social nas decisões do Executivo, que foi derrubado na Câmara. O intuito da PNPS era ampliar e regulamentar os espaços existentes para a participação social na administração pública federal. No entanto, a relação conturbada do Executivo com o Legislativo, a tramitação por meio do Decreto e o pouco espaço propiciado para a sociedade civil se manifestar em relação ao texto foram alguns dos aspectos que impediram seu sucesso (Agência Senado, 2014).

Após o governo Dilma, é possível notar uma inflexão e mudança de agenda governamental. Os espaços de participação social não foram priorizados pelos governos de Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019-2023), portanto, pode-se dizer que o Brasil passou por uma mudança no que tange a interação entre o Estado e a sociedade civil. A partir da presidência de Temer, as OSC de mulheres negras deixam de integrar espaços institucionais de participação, por não considerá-los mais instâncias de afirmação democrática (AMNB, 2016).

No início da gestão Bolsonaro houve a publicação do Decreto nº 9.759, que visava extinguir diversos colegiados da administração pública federal, além de estabelecer regras e limitações para suas atuações. Este Decreto demonstrou uma redução da relevância das instituições participativas para o governo federal. Em última instância, o intuito desta orientação visava desmantelar o diálogo mais integrado com as Organizações da Sociedade Civil, mudando assim as formas de interação que vinham sendo construídas com o Estado nos últimos anos.

Desta forma, ao entender que o Brasil passou por um processo de instabilidade e crise política durante o período de 2014 a 2019, com o seu ápice no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e todos os seus efeitos subsequentes que alteraram a relação dos governos com a sociedade civil, o objetivo do presente artigo é analisar os desafios para a incidência



política de Organizações da Sociedade Civil de mulheres negras¹ durante os anos de 2014 a 2019 no Brasil. Para isso, este artigo se divide em uma primeira seção teórica, que aborda a participação e as OSC de mulheres negras, seguida de uma apresentação da metodologia utilizada neste estudo e, logo após, seus resultados e considerações finais.

Participação e as organizações de mulheres negras

A participação social em aparatos estatais é uma temática com amplo histórico de estudo em diversas áreas do conhecimento e, por isso, são variadas as formas de compreender este assunto. No âmbito do presente estudo, esta participação é entendida como um processo de luta por direitos, ampliação e acesso às políticas públicas, sendo uma poderosa ferramenta de democratização. Em outras palavras, em conformidade com Gohn (2011, p. 16), é possível dizer que “o entendimento dos processos de participação da sociedade civil e sua presença nas políticas públicas nos conduz ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira”.

No decorrer das últimas décadas, houve um aumento na visibilidade e participação das Organizações da Sociedade Civil nos espaços de decisão política, sendo esta institucionalizada ou não. Este fenômeno, visto tanto como causador quanto consequência da redemocratização dos países da América Latina neste período, é o alicerce para o entendimento da incidência política que vemos atualmente.

Em sua análise acerca da participação civil, Gohn (2011) propõe a existência de quatro paradigmas analíticos sobre o tema: liberal, autoritária, revolucionária e democrática. Para a autora, a teoria liberal da participação parte da premissa de que todos são iguais e que é pela participação que são satisfeitas as necessidades individuais. Neste paradigma, o objetivo da participação social é fortalecer a sociedade civil, para que ela possa estabelecer freios à interferência do Estado. A teoria autoritária tem foco nas formas de controle no contexto de regimes caracterizados por esta natureza impositiva, onde são realizadas políticas de cima para baixo, objetivando a diluição de conflitos sociais.

O paradigma democrático, conforme explanado por Gohn (2011), tem raiz na soberania popular, onde a participação social é realizada na sociedade civil e na arena institucional. Neste recorte da autora, o sistema representativo é o ápice da participação institucionalizada, onde tanto as suas competências quanto seus limites são bem demarcados. Já o paradigma revolucionário vê a participação social como constituída por grupos organizados no combate às relações de dominação, buscando a substituição da democracia representativa pela democracia participativa.

Além dessas quatro teorias clássicas trazidas pela autora em sua análise, é mencionada ainda a teoria democrática-radical como uma junção das duas últimas, onde o objetivo da participação é “fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações” (Gohn, 2011, p. 21). Nesta teoria, é importante que seja construída uma cultura de divisão de responsabilidades e, de acordo com a autora, alguns programas brasileiros se baseiam nesta forma de participação popular, como os orçamentos participativos e os fóruns de participação popular.

A sociedade civil ascende como ator político em conjunto com a democracia participativa, em um contexto onde a administração pública procura ter uma transparência maior e alcançar melhorias da gestão pela visão de cidadão-cliente (Agudelo, 2012). De acordo com Moreira & Santiago (2018), a década de 80 se destacou como a “década da participação” brasileira, apesar do regime autoritário da ditadura militar que se estendeu até 1985. Conforme os autores, as Organizações da Sociedade Civil desempenharam um papel central na ampliação da democracia, participando de momentos políticos marcantes como no movimento das Diretas Já e na concretização de uma Constituinte. Naquele momento, havia um consenso

¹ As OSC de mulheres negras utilizadas para esta pesquisa atuam em diversas áreas da cidadania, como educação, saúde, promoção da igualdade racial e de gênero, entre outras. São elas: a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), o Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN), e a Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência.



entre as Organizações de que era necessário inserir instrumentos de participação popular na nova Constituição e, segundo os autores, foi um cenário de fortalecimento da sociedade civil.

Com a Constituição de 1988, os mecanismos de participação social foram assegurados, consolidando a busca por uma democracia aberta para a participação institucionalizada. Assim, o próximo desafio seria a efetivação desses espaços de participação. De acordo com Moreira e Santiago (2018):

A partir dos anos de 1990, do ponto de vista institucional estão criadas as condições para a ampliação da participação cidadã na esfera pública [...] O momento seguinte foi de esforço para a efetivação de tais mecanismos, e assim construir um novo patamar de participação no Brasil, onde o diálogo entre sociedade civil e governo passa a ter uma centralidade, através da construção de espaços públicos institucionais. Moreira e Santiago (2018, p. 74-75)

Neste contexto, a década de 1980 foi um período significativo para o movimento de mulheres negras. De acordo com Figueiredo (2018), o ponto inicial deste movimento contemporâneo se deu no I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), realizado em Valença (RJ) em 1988.

As mulheres negras, nos anos 80, fortaleceram o seu papel como sujeitos políticos incrementando, a partir da ênfase do caráter específico de sua organização, a denúncia sobre a condição de vida precarizada (enquanto mulher, negra e trabalhadora) do ponto de vista econômico, social e político. Afirmam que sempre estiveram presentes nos movimentos negro e feminista, porém suas questões específicas foram secundarizadas (Ribeiro, 2013, p. 107).

Desta forma, importantes avanços foram alcançados no Brasil a partir da luta constante dos movimentos de mulheres negras. De acordo com Matilde Ribeiro (2013), a década de 90 marcou o início da participação deste movimento no Ciclo de Conferências da ONU e, conseqüentemente,

As organizações das mulheres e das mulheres negras em particular, passam a ter também internacionalmente sua relevância em si mesmo, mas também, incidem nas agendas da sociedade brasileira, do governo e das agências multilaterais do sistema da ONU, entre outros. Essas relações fazem a diferença, no que diz respeito ao processo organizativo e ao monitoramento da execução das políticas públicas. Ribeiro (2013, p. 111).

Segundo Ribeiro (2008), a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, ocorrida em Durban, África do Sul, em 2001, estabeleceu a criação de instâncias estatais para o tratamento de questões raciais em diversos países, inclusive no Brasil. Segundo Silva (2019, p. 114), "a pressão internacional, caracterizada nesta Conferência, seus preparativos e desdobramentos, atuou como mecanismo causal que levou a mudanças institucionais no governo federal brasileiro, a partir da temática racial". Assim, após a Conferência, foram

[...] sinalizados os caminhos para a ação dos governos e da sociedade civil, que, de maneira assertiva, pelas vozes dos movimentos sociais, em especial o negro e o feminista, com o protagonismo das mulheres negras, devem seguir o caminho da superação das desigualdades (Ribeiro, 2008, p. 996).

Como fruto da Conferência realizada durante o governo do presidente Lula, se estabeleceu o Programa Nacional de Ação pós-Durban, sendo criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que possuía o *status* de ministério e estava diretamente ligada à Presidência da República. Juntamente à SEPPIR, foram instituídos a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Ribeiro, 2008).

Nos anos seguintes foram realizados comitês, seminários e encontros, com o objetivo de monitorar a implementação das decisões tomadas durante a Conferência e, assim,



[...] no contexto das conferências regionais de monitoramento da implementação da Declaração e Programa de Ação de Durban, as mulheres negras contribuíram com formulações para deliberações que apontam a necessidade de os governos federais ampliarem políticas públicas visando à efetivação da inclusão das populações negra e indígena e de outros grupos sociais vulneráveis, destacando as mulheres negras e indígenas (Ribeiro, 2008, p. 999).

Como marco significativo, é válido observar também a incidência das mulheres negras na elaboração do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), de 2008, no capítulo “Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia” (Ribeiro, 2008). Este capítulo se manteve no PNPM subsequente (2013-2015), abordando metas e linhas de ação voltadas à formulação de políticas públicas para mulheres que incluam as perspectivas de raça e sexualidade.

Neste contexto, em 2015 foi realizada a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, que, organizada por diversas Organizações de mulheres negras do país, reuniu aproximadamente 50 mil pessoas em Brasília. A construção da Marcha foi desenvolvida ao longo de três anos, encabeçada por mulheres negras de diferentes partes do país e do mundo, através das Organizações envolvidas com a Articulação Nacional de Mulheres Negras Brasileiras. Durante esses três anos, foram realizados eventos para mobilizar as mulheres e levar a Marcha para diferentes regiões do país (AMNB, 2016).

No ano seguinte, em 2016, as pautas de raça e gênero se defrontaram com um infortúnio no contexto político-estatal. Com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o governo Temer realizou diversas mudanças ministeriais, extinguindo o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Nesse processo, a SPM e a SEPPIR foram transferidas para o Ministério da Justiça e Cidadania, porém não por muito tempo. Dentro de um período de dois anos, a SPM foi transferida quatro vezes entre diferentes ministérios e o CNPIR chegou a ser desativado (Marques, 2020).

Por fim, a partir desta contextualização, é possível delinear uma visão histórica relativa à formação e à ação política das Organizações de mulheres negras, possibilitando analisar as suas estratégias de incidência nas políticas públicas. Lélia Gonzalez (1982, p. 62) declara que, apesar dos estereótipos, da superexploração e da alienação às quais a mulher negra está submetida, “há que se colocar, dialeticamente, as estratégias de que ela se utiliza para sobreviver e resistir numa formação social capitalista e racista como a nossa”.

Metodologia

O presente estudo foi elaborado como uma pesquisa qualitativa, focando em uma investigação a respeito de dinâmicas de relações sociais (Gerhardt & Silveira, 2009). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e pesquisas documentais para a coleta de dados, que foram analisados a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo (Bardin, 2016; Bauer & Aarts, 2002; Câmara, 2013).

As entrevistas foram conduzidas por meio de plataformas virtuais com doze representantes de Organizações de mulheres negras, no período de dezembro de 2020 a abril de 2021. A escolha das Organizações analisadas foi feita com base em uma série de critérios de inclusão. A princípio, fundamentou-se nas duas últimas composições do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). A partir das entrevistas, foi possível perceber que existe uma atuação relevante das OSC de mulheres negras na área da saúde e, por esse motivo, foi incluído também o Conselho Nacional de Saúde (CNS). É relevante destacar que, ao acrescentar as composições do CNS, as Organizações de mulheres negras são coincidentes com as que estão presentes nas CNDM e CNPIR.

Primeiramente, foram consultados os Diários Oficiais da União, de onde foram extraídas informações sobre o resultado das eleições dos Conselhos no período delimitado, para determinar quais eram as Organizações de mulheres negras então presentes. Em seguida, foi consultado o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) intitulado Colegiados Nacionais de Políticas Públicas em Contexto de Mudanças: Equipes de apoio e estratégias de sobrevivência (IPEA, 2017), de onde foram coletados os dados sobre a situação do CNPIR a partir de 2016. O Quadro 1 abaixo mostra as composições dos conselhos.

**Quadro 1.** Documentos sobre as Composições dos Conselhos.

Composição	Documento
CNPIR 2014-2016	Diário Oficial da União publicado em: 02/12/2014, Edição: 233, Seção: 2, Página: 3
CNPIR 2019-2020	Diário Oficial da União publicado em: 13/12/2018, Edição: 239, Seção: 2, Página: 47
CNDM 2014-2017	Diário Oficial da União publicado em: 15/05/2014, Nº 91, Seção: 2, Página: 4
CNDM 2018-2021	Diário Oficial da União publicado em: 10/09/2018, Edição: 174, Seção: 2, Página: 55
CNS 2015-2018	Diário Oficial da União publicado em: 13/11/2015, Edição: 217, Seção: 1, Página: 33
CNS 2018-2021	Diário Oficial da União publicado em: 04/12/2018, Edição: 232, Seção: 2, Página: 34

Fonte: Elaboração própria.

O CNDM funciona em triênios e, para o presente trabalho, foram utilizados os anos de 2014-2017 e de 2018-2021. O CNS também opera em triênios, sendo: 2015-2018 e 2018-2021. O CNPIR, por sua vez, passou por problemas políticos e institucionais durante esse período, chegando até mesmo a ser desativado. Já o Conselho funciona em biênios e, durante o mandato de 2014-2016, a eleição para uma nova composição seria feita no ano de 2016. Porém, com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e a mudança de governo, foram realizadas diversas extinções e mudanças ministeriais que fizeram com que o CNPIR fosse desativado por um período (IPEA, 2017), de forma que a eleição do Conselho foi postergada até o ano de 2018, para a realização do mandato referente à 2019-2020.

Visto que a presença nos conselhos nacionais foi utilizada como forma de seleção das Organizações, e não como instrumento para a análise das ações de incidência, o fato de os conselhos terem passado por momentos inativos durante este período não se configurou como um problema para a presente pesquisa.

Durante as duas últimas composições dos conselhos, existiram quatro Organizações da Sociedade Civil de mulheres negras, com três redes de Organizações: a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), o Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN) e a Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência; e uma organização local: o Grupo de Mulheres Negras Dandaras no Cerrado. Constatou-se, a partir das entrevistas, que o Grupo de Mulheres Negras Dandaras no Cerrado integrava também o FNMN.

Visto que as OSC se organizam em redes atuantes em diversas localidades, e entendendo que o Brasil possui uma extensão continental onde as regiões possuem demandas diversas, um critério de inclusão das OSC de mulheres negras nesta pesquisa foi a seleção de Organizações de cada uma das regiões do país, nomeadamente: duas entrevistadas nas regiões Norte, Sudeste e Sul; e três entrevistadas nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Desta forma, buscou-se maximizar a variedade do fenômeno desconhecido (Bauer & Aarts, 2002), por meio da ampliação da categoria "região". O Quadro 2 a seguir mostra as entrevistadas por região.

Quadro 2. Entrevistadas por Região.

Organização	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Rede de Mulheres Negras no Combate à Violência	Entrevistada 2	Entrevistada 7	Entrevistada 6	Entrevistada 1	
Fórum Nacional de Mulheres Negras		Entrevistada 3 Entrevistada 4	Entrevistada 5	Entrevistada 12	Entrevistada 9
Articulação Nacional de Mulheres Negras Brasileiras	Entrevistada 10		Entrevistada 6 Entrevistada 11		Entrevistada 8

Fonte: Elaboração própria.



Como um primeiro passo para realizar a análise dos dados, as 12 entrevistas gravadas em vídeo foram transcritas para o formato de texto. Assim, como colocado por Flick (2009), as transcrições foram realizadas ponderando a possibilidade de leitura, assimilação e interpretação das falas. Após a transcrição, foi realizada uma “segunda checagem da transcrição comparada à gravação e à anonimidade dos dados” (Flick, 2009, p. 271) em todas as entrevistas.

De acordo com Minayo (2014), existem diversas modalidades de análise de conteúdo e, para este estudo, foi utilizada a análise de relações, onde se “designa técnicas que, em vez da análise da mera frequência de vocábulos num texto, abordam relações entre vários elementos do discurso dentro de um texto” (Minayo, 2014, p. 310). Neste contexto, a autora estabelece alguns procedimentos para a análise das correlações, sendo eles:

(a) escolha da unidade de registro (essa pode ser uma palavra-chave ou uma expressão) e sua categorização por temas a que diz respeito; (b) escolha das unidades de contexto (podem ser, por exemplo, parágrafos ou até um texto inteiro) e o seu recorte em fragmentos; (c) busca da presença ou ausência de cada unidade de registro nas unidades de contexto; (d) cálculo de co-ocorrências; (e) representação e interpretação de resultados (Minayo, 2014, p. 311).

Desta forma, a escolha das unidades de registro e suas categorizações foram feitas a partir do roteiro de entrevistas. Para o presente trabalho, a unidade de registro se baseou nos obstáculos enfrentados pelas Organizações para a realização da incidência política no período analisado. No processo de escolha das unidades de contexto, foi feita uma leitura ativa das transcrições, na qual as respostas das entrevistadas foram codificadas com cores diferentes e transferidas para um novo documento, com a finalidade de organizar a análise e facilitar a identificação das subcategorias existentes. Por fim, foi feita a interpretação de resultados a partir da releitura desses documentos.

Crise política e incidência de osc de mulheres negras

Durante o período de 2014 a 2019, o Brasil passou por um processo de instabilidade e crise política, culminando no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e seus efeitos subsequentes. Para o processo de incidência política das Organizações de mulheres negras, a relação com os governos foi colocada como um grande obstáculo neste momento. O diálogo se torna mais difícil quando o governo não é percebido como um aliado às pautas das Organizações, e, conseqüentemente, dificulta-se o processo de incidência.

Por esse motivo, as Organizações de mulheres negras adotaram uma posição mais combativa ao sair das esferas de participação institucionais de incidência política, principalmente após o *impeachment* da presidenta Dilma. As entrevistas demonstram que, além dos espaços em conselhos, estas Organizações saíram também dos cargos comissionados, passando a focar seus esforços em ações de protestos, manifestações, marchas, passeatas, atos e ocupações, realizando inclusive denúncias ao Ministério Público, audiências públicas e comitês para pressionar o Estado com as suas demandas. Além disso, foram adotadas ações destinadas ao atendimento próprio à população e ações mais diretas, como a realização de cursos, rodas de conversa e entrega de produtos de atenção básica às famílias em situação de pobreza.

É importante destacar que a realidade contextual dessas mulheres negras também foi citada por diversas entrevistadas como um ponto a se considerar, visto que as mesmas lutam politicamente por questões que as atingem pessoalmente em seus cotidianos. Em outras palavras, o desempenho destas mulheres é prejudicado por esta conjectura, onde os elementos sociais e políticos, como o racismo, machismo, heteropatriarcado, desemprego e subempregos precisam ser enfrentados por elas ao mesmo tempo que sustentam as suas famílias.

[...] existe os problemas que tem uma coletividade, que é a coletividade não só da Coordenação, mas a coletividade macro das problemáticas das mulheres negras e também tem as nossas. Então esses enfrentamentos da conjuntura atual do Brasil, que



são políticos, que são econômicos, que são sociais, que são esse racismo, o machismo, esse heteropatriarcado. Então a gente sabe muito bem que tudo isso, querendo ou não, trava. Mas isso não quer dizer que nós não estamos em luta. Luto para a gente é verbo, o luto para gente não é chorar. Apesar que temos direito a chorar. Nós temos direito a chorar. Mas o nosso choro também é para lutar. (Entrevistada 3).

Ademais, as entrevistadas também identificam como desafios o cansaço e o sofrimento gerados por esse processo. A luta política inserida em situações que as toca tão pessoalmente, como a violência contra a mulher negra ou, enquanto mães, a violência contra a juventude negra, é desgastante e provoca dor. Mas esse sofrimento não paralisa as ações destas mulheres, pelo contrário, as inspiram a defenderem com maior ímpeto o seu ideal de sociedade.

[...] é bem cansativo, porque a gente sabe que a luta não é fácil, né. Se fosse fácil a gente nem precisaria lutar. Desgasta muito, mas é por isso que a gente hoje discute a questão do Bem Viver, por causa desses enfrentamentos. O enfrentamento das barreiras que nos são colocadas todo dia, a barreira da violência contra a mulher negra, a barreira da violência contra a juventude negra. Então é isso, o enfrentamento é cotidiano, é cansativo, é doloroso, é muito, é muito difícil para nós negros e negras, pais e mães enfrentarmos esse processo que a gente tem que aguentar no cotidiano quando se é negro. Mas a gente precisa nos fortalecer, na nossa identidade, com... porque a gente tem muita coisa boa, a gente tem muita coisa bonita, a gente é bonito, a nossa cultura é bonita, o nosso povo é bonito, o nosso povo é alegre, a nossa gastronomia é maravilhosa, a nossa música é maravilhosa, a nossa literatura nem se fala, a gente tá em tudo quanto é lugar, porque nós temos competência, mas a gente precisa garantir que isso seja respeitado (Entrevistada 6).

Adicionalmente, a falta de financiamento e as dificuldades monetárias para manter a Organização funcionando foram citadas pela maioria das entrevistadas como obstáculos. As Organizações dependem predominantemente de editais que, em geral, exigem um CNPJ que muitas delas não têm. Observou-se que, desde o *impeachment* da presidenta Dilma, as parcerias com o governo federal diminuíram, dificultando ainda mais essa situação. Desta forma, as ações são feitas através de parcerias, vaquinhas, doações, e por meio de provimentos de participantes que têm condições de ajudar.

A rede passou por muitas dificuldades, porque nós não temos financiamento, tudo o que nós fazemos é nós por nós mesmas. Nós não temos ainda, nunca tivemos um financiamento em nível nacional (Entrevistada 1).

A gente nunca se tem um recurso, nunca tem entidades que possam fazer esse aporte, de manter uma instituição. E você sabe como é caro isso. E partindo de um agrupamento de mulheres pretas, que moram em periferias, empobrecidas, aí você vê como é que fica as coisas mais difíceis (Entrevistada 2).

A questão da relação das Organizações com os governos se mostra relevante para todas as entrevistadas na medida que, quando os governos são considerados aliados à sua visão de direitos, a incidência se torna mais fácil de ser realizada, mesmo que não sejam atendidas todas as demandas. No recente contexto brasileiro em que se verifica a ascensão dos governos de direita, tanto a nível federal quanto nos níveis estaduais e municipais, as Organizações identificaram maiores dificuldades para conseguirem incidir nas políticas públicas.

No âmbito estadual, as dificuldades para lidar com os governos de direita, que possuem uma visão mais conservadora e são mais resistentes às demandas por direitos sociais, são indicadas como motivos para que as demandas das Organizações não sejam aceitas, para não "tirar do papel" as políticas voltadas às mulheres e à população negra, agravando a falta de diálogo e de participação, assim como o desmonte de instituições, com a extinção das Secretarias estaduais do Direito da Mulher e da Promoção da Igualdade Racial, juntamente com seus respectivos conselhos.

Já nos governos de esquerda em que se mantiveram as instituições participativas, identificou-se que, em algumas áreas, como a de segurança pública, as políticas não foram feitas de maneira "coletiva". De acordo com a Entrevistada 7, não obstante os 16 anos de governo do PT,



a política de segurança pública do estado da Bahia pode ser considerada como compatível a de um governo de direita. Neste sentido, existe a participação civil, pois existem instrumentos institucionais para tal, mas as políticas não são percebidas como sendo construídas em conjunto.

[...] trabalhar tanto a nível federal como a nível estadual não está sendo fácil. Aonde tem Bolsonaro, onde tem a política comandada pelo Bolsonaro, que é o caso do nosso estado, né. Nós temos um governador que é colado nele. As políticas de igualdade racial e da mulher tá só no "bababa", porque não sai do papel. Falam bonito, mas... e as mulheres continuam morrendo. (Entrevistada 5)

Em 10 anos, quase 11, na Comissão de Promoção de Igualdade da Assembleia Legislativa e o governo não tem intenção nenhuma de construir parceria com os movimentos, principalmente os movimentos que fazem um enfrentamento, uma oposição. O fato da gente ter na Bahia quase 16 anos de um governo de esquerda, um Partido dos Trabalhadores, isso não quer dizer que você tem as políticas sociais estabilizadas, estruturadas. [...] Você tem participação, mas você não tem políticas que foram estruturadas de maneira coletiva. A gente vê que... a gente aqui nesses 16 anos, a gente tem a mesma política de segurança pública de um governo da direita. Uma política extremamente misógina, extremamente racista, extremamente violenta, porque o modelo de segurança pública que nós, do movimento social, discutimos que segurança pública tem a ver com saúde pública, tem a ver com outras pastas, essa é a discussão que nós fazemos, a gente não consegue dialogar para que a política possa ser aplicada dessa maneira. Então não existe parceria quando não existe diálogo e quando não existe construções coletivas. A Rede das Mulheres Negras é de fazer o enfrentamento, é perceber que esse modelo de gestão, as políticas que são pensadas de maneira isolada, sem conversar com os movimentos, elas não vão conseguir levar as políticas sociais necessárias para dentro das comunidades, políticas que vão alterar a realidade da vida da população. (Entrevistada 7)

Já na relação com o governo federal, as entrevistadas apontaram três fases distintas de possibilidades para a incidência, de acordo com a política de cada presidência: (i) o período Dilma, percebido como aliado e como uma continuação do governo Lula, considerado democrático e participativo; (ii) a partir de 2016, com o *impeachment*, o governo Temer é definido como sendo menos participativo e tendo uma perspectiva de direitos diferente; e o governo Bolsonaro, classificado como autoritário, sem possibilidade de participação e diálogo.

Apesar de possuírem algumas críticas à gestão da presidenta Dilma, as entrevistadas manifestaram consenso de que o diálogo e a participação aconteciam com mais facilidade. A incidência durante esse período não foi caracterizada como totalmente sem dificuldades, mas existe o reconhecimento de que muitos avanços foram feitos e que diversos objetivos das Organizações foram conquistados por meio de seus trabalhos, pressão política e luta constante. Mesmo existindo resistências, o governo Dilma foi apresentado em uma perspectiva democrática por todas as entrevistadas.

O governo Temer foi identificado como o momento em que a perspectiva de direitos do governo federal foi alterada. Se iniciaram então os cortes de verbas para as políticas públicas de maior interesse para o movimento de mulheres negras, assim como o desmonte das instituições responsáveis por essas políticas. Algumas entrevistadas declararam que, apesar disso, durante esse período, ainda era possível a realização de diálogos e alguns programas foram construídos.

Quanto à presidência de Bolsonaro, a partir de 2019, houve uma mudança completa na relação das Organizações de mulheres negras com o governo federal. As entrevistadas definem esse governo como autoritário, negacionista, marcado pelo racismo, sexismo e retrocessos nos direitos humanos de maneira geral. Foram tempos em que se implementou uma necropolítica, conceito tratado no ensaio *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*, de Achille Mbembe (2018), no qual são discutidas as formas contemporâneas de soberania, cujo projeto, segundo o autor, visa

[...] a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações. Tais formas da soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente (Mbembe, 2018, p. 11)



Portanto, para as entrevistadas, o governo Bolsonaro impôs uma política oficial de Estado voltada para a destruição dos direitos, das conquistas sociais e, em última instância, dos avanços em termos da participação civil nos últimos anos do país. É um consenso entre todas as entrevistadas que o diálogo se tornou infactível, e até mesmo a participação em conselhos passou a gerar perseguições políticas pelos apoiadores do presidente.

Olha, nos governos Lula e Dilma, nós tínhamos uma inserção dentro do governo federal muito grande, tá. Tanto que nós tivemos muito a presença de representantes do governo nas nossas atividades, fazendo as nossas formações, tá. Isso foi durante um bom tempo. Desde acho que 2008 até 2015 nós tivemos muito contato com o governo federal, e é porque... até porque era o governo de Participação Popular, totalmente diferente do que aconteceu depois do golpe de 2016. [...] Infelizmente, com esse governo atual, a gente não teve... nem... não tem diálogo, sabe. Infelizmente isso acabou. Isso para nós é muito complexo, porque foi como se a gente tivesse começado uma coisa e terminado sem fim, né. Isso é muito complicado. E com essas perdas de direitos que nós estamos tendo, desse atual governo [...] então nós tivemos sim, nós tivemos uma incidência política muito forte no ano de 2008 até 2015 com os governos federais passados, coisa que não acontece nesse outro aqui (Entrevistada 1).

Eu não vou dizer que era 100% e também eu não concordo quando dizem assim “ah o governo Lula fez isso, fez aquilo”, beleza, fez. Assim como o da Dilma também. Mas através de pressões também. Que na verdade, nós conquistamos as coisas tudo através de pressão. O que no governo Lula nós tivemos a facilidade de ser implementado, foi uma luta de anos, e anos, e anos. O qual, quem estava no governo, tinha pessoas também que eram oriundas dos movimentos e também pessoas que eram ligadas muito do ato de ouvir. E isso nós não tivemos no governo Temer, e muito menos agora. Muito menos agora. Não se tem um ouvido. Não se ouve os movimentos, o clamor. Se ouve os seus egos, os seus egos, é isso que... é onde nós estamos. Essa é a diferença do governo Lula, do governo Dilma, porque nós tínhamos abertura. Nós tínhamos espaço para se ouvir. Foram criadas várias formas de ouvir. Tanto é que eu digo: na época do governo Lula, foram criado o portal da transparência, né. Foi tão escrachado o portal da transparência, que aí a gente viu também muitos companheiros que caíram nessa malha fina, né. Caíram nessa malha fina do Portal da Transparência. Hoje, a gente nem se fala mais em Portal da Transparência, aliás tudo é escondido, na verdade, tudo está mais maquiado e escondido. O que está sem máscara é o racismo, a violência contra as mulheres, a violência contra o povo de terreiro, contra população LGBT, essa daí perdeu totalmente a máscara. Que antes nós tínhamos debaixo do tapete. Hoje não, tiraram o tapete e jogaram tudo aí no ventilador (Entrevistada 2).

[...] a gente viveu um governo que nós chamaríamos de governo de esquerda, onde o entendimento sobre os Direitos Humanos eram diferenciados. Esse governo entendia como políticas prioritárias o direito à vida. Passamos para o governo Temer. O governo Temer já não tinha o mesmo entendimento. Já não tinha o mesmo entendimento dos direitos humanos na perspectiva da inclusão de todos os povos de forma mais igualitária. E aí a gente chega num governo reacionário, que aplica uma necropolítica com ênfase no extermínio do povo preto, do povo LGBT, do povo de terreiro, e principalmente das pessoas que são diferentes do que a extrema direita se propôs. Junto a isso, o governo atual agrega um projeto ideológico religioso efetivo dentro desse governo, das igrejas neopentecostais, onde a intolerância é o carro chefe. [...] Porque nesses governos todos nós tivemos problemas, mas eu estou dizendo que no governo Dilma a gente conseguiu garantir esse lugar que a gente sempre buscou, que é o lugar de fala, o lugar de colocarmos as nossas demandas, podermos discutir, conseguir colocar dentro de cada política pública os recortes para essa diversidade que existe no Brasil (Entrevistada 6).

Nesse momento de crise política, após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, foi possível perceber como os desmontes institucionais afetaram o processo de incidência das Organizações de mulheres negras. São citados, no âmbito federal, a extinção de ministérios, a desativação do Conselho Nacional de Igualdade Racial e o esvaziamento tanto da SEPPIR quanto da SPM.

O Brasil é signatário de todas as convenções internacionais contra o racismo, e continua nessa situação caótica. E que tem se agravado ainda mais nesse último governo. Então não há diálogo, tá. O Conselho Nacional de Igualdade Racial está praticamente parado, inclusive



a própria ministra destituiu várias organizações do CNPIR e ele está parado, não tá tendo atuação nenhuma. A SEPPIR, que foi criada em 2003, a Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, está parada. Hoje nem sequer uma Secretária Nacional de Igualdade Racial nós temos, e isso demonstra a falta de responsabilidade com as questões sociais desse país. O que é uma vergonha, que a partir do momento que você mora num país que tem mais de 54% da população é negra, e um governo não se interessa, quer dizer que não está nas pautas dele, que não vai fazer nada mesmo. A realidade é essa. (Entrevistada 1).

[...] o manifesto que a gente tem feito em relação ao governo... ao desgoverno Federal com a questão da não atuação da Fundação Palmares, do desmonte dos conselhos, o desmonte da SEPPIR, das ações de políticas públicas do governo federal, a reforma que houve no Ministério da Saúde, onde tirou as populações negras como foco de desenvolvimento para a saúde da população, a Política Nacional não é prioridade neste governo que está aí (Entrevistada 4).

Durante essa conjuntura política, diversas OSC de mulheres negras tomaram a decisão de saírem dos espaços de conselhos, principalmente dos nacionais, por não os considerarem mais como locais de fato participativos. A Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras optou por sair de todos os conselhos nacionais, grupos de trabalho e comitês técnicos dos quais fazia parte. Para as organizações da AMNB, a decisão de se manterem ou não em conselhos municipais e estaduais foi tomada individualmente.

[...] a gente, enquanto Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, decidimos sair do Conselho Nacional de Saúde em 2016, porque a gente entendeu que era importante para nós. Mas era algo que a gente podia fazer muito mais fora do que dentro do Conselho. Então a Articulação decidiu sair de alguns espaços de controle social. Eu te falo isso enquanto Articulação, porque eu estava na coordenação da Articulação nesse momento. E fui uma das que defendia a nossa saída naquele momento do Conselho. Porque a nossa presença nesses espaços já não estava mais impactando. E tanto não estava impactando que até hoje não impacta, sabe. Porque hoje eu não consigo ver impacto, hoje, eu não consigo perceber ação de conselheiro de saúde como a gente percebia antes. E eu sei que não são pelas pessoas que estão lá, é pela impossibilidade mesmo desse movimento. Então é um desgaste tão grande para nós, que já tínhamos desgastes muitos sabe, fora daquele lugar. Que eu achava até uma questão de ética a gente sair daqueles espaços. Porque todo mês nós íamos para Brasília, era recurso de passagem, é recurso de diária, era recurso... então era muito recurso público utilizado para ir até Brasília, para discutir o mais do mesmo e do menos. Sempre a mesma coisa, sempre a discussão era a mesma, era sempre em volta de uma mesma temática que não tinha nunca um resultado. Então bom, a gente é uma rede de organizações, a gente tem muito mais força aqui fora do que lá dentro. A gente precisa se movimentar fora para impactar lá dentro. Eles precisam ver qual é a nossa força aqui fora. Porque lá dentro, acaba que a gente muitas vezes tem que se alinhar com coisas que a gente não tá de acordo. Para que aconteça isso aqui, a gente precisa se alinhar. Então para mim é uma questão de ética, eu preciso sair desse lugar. Naquele momento eu era representante da Articulação, na cadeira do movimento negro. Então nós resolvemos sair. E em outros conselhos locais né, mas aí também foi uma outra decisão. Tiveram organizações que saíram de outros conselhos locais também, mas aí era uma decisão individual, porque cada contexto, cada localidade, cada município, estado, tinha a sua realidade (Entrevistada 8).

Neste contexto de desmontes e perdas na capacidade participativa das instituições, novas estratégias foram desenvolvidas pelas Organizações de mulheres negras. Na medida em que a participação nos conselhos não foi mais percebida como suficiente para a realização da incidência, os Fóruns Populares, encontros e conferências foram sendo realizados pelas OSC como um novo modelo de se articularem.

[...] toda hora é um desmonte, não existe... por exemplo, você sabe muito bem que os conselhos estão sendo desmontados, eles querem que coloquem só pessoas deles. Tá mudando, as regras do jogo foram mudadas. Então, como é que a gente tá fazendo? A gente tá fazendo fórum popular, as nossas conferências, eles estão lá fazendo a conferência deles, a gente faz a nossa conferência aqui. É a forma da gente continuar se organizando. A gente faz o Fórum Social Mundial, que vai acontecer agora. Então a gente tem que participar, a gente tem que estar lá, a gente está discutindo, a gente tem que se organizar, entendeu? (Entrevistada 3).



Sendo assim, verifica-se que os obstáculos enfrentados pelas Organizações para a realização da incidência são, em maior medida, político-institucionais. O momento de mudanças no viés político do país trouxe instabilidade e aumentou as dificuldades enfrentadas pelas OSC em nível federal para alterar as estruturas institucionais que vinham sendo construídas como legados na participação social e incidência. De forma que as OSC indicaram três momentos diferentes de possibilidades para a incidência neste período, elencando o governo Dilma como aliado, democrático e participativo, o governo Temer como menos participativo e com uma perspectiva de direitos diferente, e o governo Bolsonaro como autoritário, sem possibilidade de participação e diálogo. Nesse ponto, os obstáculos também foram observados em relação à falta de investimentos sociais, já que as Organizações sentiram que um investimento financeiro menor foi direcionado para as suas atividades a partir do processo de *impeachment* da presidenta Dilma.

A conjuntura histórico-social que aflige as mulheres negras também impacta diretamente nesse processo. Ainda que o combate à estrutura patriarcal e racista tenha feito parte da luta das Organizações em todos os períodos analisados, há a percepção de diversos retrocessos referentes aos direitos humanos de maneira geral a partir do governo Temer, e principalmente no governo Bolsonaro, que dificultaram tanto a luta política quanto a vida cotidiana dessas mulheres negras.

Considerações finais

As OSC de mulheres negras reconhecem a importância e a necessidade dos conselhos, na medida em que são vistos como os principais instrumentos para incidir nas políticas públicas. Todas as Organizações entrevistadas fazem parte de conselhos, tanto nacionais quanto estaduais e municipais. Porém, a partir de 2016, com a crise política e o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, os conselhos (especialmente os de nível federal) passaram a não serem mais considerados pelas OSC como mecanismos efetivos de participação e defesa dos ideais democráticos.

Apesar de assumirem que a interação com o governo Dilma não tenha sido totalmente sem conflitos, as Organizações declararam que, a partir do governo Temer e principalmente do Bolsonaro, não houve um diálogo real para a realização da incidência pelos canais institucionais. Consequentemente, muitas organizações se retiraram dos Conselhos Nacionais durante este período, especialmente a AMNB, que decidiu se retirar de todos aos quais fazia parte. As Organizações que se mantiveram nesses espaços relataram não serem ouvidas, não possuírem apoio para as suas pautas, sofrerem perseguições e observarem mudanças nas regras das eleições dos conselhos, impossibilitando a entrada das OSC do movimento negro em geral.

Ademais, as OSC apontaram que este período foi marcado pelo desmonte de políticas públicas que atendiam às demandas das mulheres negras, bem como suas instituições, além da extinção de ministérios e secretarias de políticas para mulheres e de igualdade racial em níveis municipais e estaduais. As Organizações de mulheres negras, que participam da luta pela construção dessas instituições, realizaram ações na tentativa de mantê-las mas, de maneira geral, não conseguiram segurar este retrocesso.

Portanto, considera-se que as OSC de mulheres negras optaram por uma posição de maior conflito com o Estado, quebrando a tradição de participação institucionalizada que vinha se estabelecendo com os governos de coalizão liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Foram adotados repertórios de protestos, marchas, denúncias, entre outras estratégias de ação direta para pressionar o Estado por suas demandas e lutar contra os retrocessos políticos e institucionais. Além disso, novas estratégias foram desenvolvidas pelas Organizações, na medida em que a participação nos conselhos não era mais percebida como suficiente para a realização da incidência, assim, os Fóruns Populares, encontros e conferências foram realizados pelas OSC como um novo modelo de articulação.

Fonte de financiamento

Bolsa Demanda Social – Universidade Federal da Integração Latino Americana nº processo: 23422.003310/2019-39



Conflito de interesse

Não há.

Agradecimentos

Às mulheres negras entrevistadas que, mesmo em um momento de pandemia, onde o medo e a desesperança criaram espaço em todos nós, se disponibilizaram a contribuir com esta pesquisa. Agradeço pelo trabalho excepcional que realizam em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

- Abers, Rebecca, Serafim, Lizandra, & Tatagiba, Luciana. (2014). Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: A experiência na Era Lula. *Revista de Ciências Sociais*, 57(2), 325-357. <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201411>.
- Agência Senado. (2014). Projeto que derruba Política de Participação Social deve tramitar em regime de urgência. Recuperado em 17 de junho de 2023, de <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/10/Projeto-que-derruba-politica-de-participacao-social-deve-tramitar-em-regime-de-urgencia>.
- Agudelo, Germán Darío Valencia. (2012). Incidencia de la sociedad civil en el ciclo de las políticas públicas. *Papel Político*, 17(2), 469-496.
- Articulação de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB. (2016). *Carta da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras/AMNB contra o Golpe de Estado em curso no Brasil*. Recuperado em 15 de maio de 2020, de <https://amnb.org.br/carta-da-articulacao-de-organizacoes-de-mulheres-negras-brasileiras-amnb-contra-o-golpe-de-estado-em-curso-no-brasil-2/>
- Bardin, Laurence. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bauer, Martins, & Aarts, Bas. (2002). A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In Martin W. Bauer & George Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Câmara, Rosana Hoffman. (2013). Análise de conteúdo: Da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. *Gerais*. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6(2), 179-191.
- Figueiredo, Ângela. (2018). Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. *Revista Direito & Práxis*, 9(2), 1080-1099. <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2018/33942>
- Flick, Uwe. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. (3. ed.). Porto Alegre: Artmed Editora.
- Gerhardt, Tatiana Engel, & Silveira, Denise Tolfo. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Gohn, Maria da Glória. (2011). *Conselhos gestores e participação sociopolítica* (5. ed.). São Paulo: Cortez Ed.
- Gonzalez, Lélia. (1982). A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In Flávia Rios & Márcia Lima (Eds.), *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (2017). *Colegiados Nacionais de Políticas Públicas em Contexto de Mudanças: Equipes de Apoio e Estratégias de Sobrevivência*. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA.
- Marques, Elissa. (2020). A crise da democracia brasileira e as ações da articulação de mulheres negras brasileiras. *Revista Orbis Latina*, 10(2), 43-61.
- Mbembe, Achille. (2018). *NECROPOLÍTICA: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições.
- Minayo, Maria Cecília de Souza. (2014). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec Editora.
- Moreira, Orlandil de Lima, & Santiago, Idalina Maria Freitas Lima. (2018). *Movimentos sociais, participação e incidência nas políticas públicas locais*. *Revista Debates Insubmissos*, 1(1), 68-82.
- Ribeiro, Matilde. (2008). Mulheres negras: Uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3), 424. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300017>
- Ribeiro, Matilde. (2013). *Institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: Percursos e estratégias - 1986 a 2010* (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- Silva, Tatiana. (2019). *Mudança institucional, discurso e instituições: Políticas Públicas de Igualdade Racial no Governo Federal de 2000 a 2014* (Tese de doutorado). Universidade de Brasília, Brasília.